

Handwritten signature in blue ink.

Contrato Constitutivo do
Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e
Associadas

Handwritten signatures and initials in black ink, including a blue checkmark above them.



ÍNDICE

Cláusula 1. ^a –	Identificação do Fundo, do Plano, dos Associados, da Entidade Gestora e do Depositário	7
Cláusula 2. ^a –	Participantes e Beneficiários	7
Cláusula 3. ^a –	O Fundo	11
Cláusula 4. ^a –	Unidades de Participação.....	13
Cláusula 5. ^a –	O Plano de Pensões.....	15
Cláusula 6. ^a –	Administração do Fundo e Representação dos Associados e dos Participantes.....	15
Cláusula 7. ^a –	Contrato de Gestão	16
Cláusula 8. ^a –	Mudança de Entidade Depositária.....	16
Cláusula 9. ^a –	Empréstimos aos Participantes	17
Cláusula 10. ^a –	Alterações ao Contrato	17
Cláusula 11. ^a –	Extinção e Liquidação do Fundo	17
Cláusula 12. ^a –	Extinção dos Associados	19
Cláusula 13. ^a –	Extinção da Entidade Gestora.....	19
Cláusula 14. ^a –	Lei Aplicável e Jurisdição	19

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Plano Individual de Reforma PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE
SEGUROS e Associadas

Anexo II – Pressupostos de cálculo de responsabilidades em 31 de Dezembro de
2011

**CONTRATO CONSTITUTIVO DO
FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE
SEGUROS e Associadas**

Entre


1.^{os} Contraentes:

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., com Sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30 e com o capital social de EUR 605.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 918 880, doravante abreviadamente designada por Fidelidade;

COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS, S.A., com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30 e com o capital social de EUR 7.500.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 926 980, doravante abreviadamente designada por CPR;

VIA DIRECTA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 4º andar e com o capital social de EUR 23.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 011 944, doravante abreviadamente designada por Via Directa;

CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar e com o capital social de EUR 7.500.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 411 515, doravante abreviadamente designada por Cares;



MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano n.º 53 e com o capital social de EUR 18.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 507 516 362, doravante abreviadamente designada por Multicare;


e

2.º Contraente:


CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A., sociedade anónima, com sede em Lisboa, na Avenida João XXI, 63, 2º Piso, com o capital social de € 3 000 000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 777 460, doravante abreviadamente designada por Entidade Gestora.

Considerando que:

1. Em 23 de Dezembro de 2011 foi celebrado um novo Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012 (adiante designado por “Novo CCT”);
2. Em 28 de Março de 2013, foi publicada a Portaria n.º 134/2013, que estendeu o âmbito subjectivo de aplicação do Novo CCT, designadamente e para o que aqui releva, a todos os trabalhadores do setor segurador, com exceção dos filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins;
3. O Novo CCT veio alterar os benefícios na reforma que decorriam do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que vigorava anteriormente (adiante designado por “Anterior CCT”), cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, com as alterações posteriores, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de Agosto de 2009;

- 
4. Em 31 de Maio de 2012 verificou-se a fusão por incorporação da IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A., na COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE – MUNDIAL, S.A., a qual, por seu turno, alterou a sua denominação social para FIDELIDADE – Companhia de Seguros, S.A.;
 5. Em virtude da mencionada fusão, passaram para a sociedade incorporante todos os direitos e obrigações da sociedade incorporada, designadamente em matéria de benefícios na reforma dos respetivos colaboradores;
 6. Para financiamento do Plano Individual de Reforma previsto no Novo CCT, e mais precisamente nas suas Cláusulas 48.^a e 49.^a do seu Capítulo IX “Plano de Poupança e Pré Reforma”, os 1.^{os} Contraentes pretendem constituir um novo Fundo de Pensões Fechado, designado Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas;
 7. Na data da assinatura do presente contrato, o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Fidelidade, o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança e o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros são também alterados, no sentido de ficarem adaptados ao que decorre do exposto nos pontos anteriores dos presentes considerandos;
 8. No caso da Via Directa, apesar de existirem colaboradores que se encontravam abrangidos pelo Anterior CCT, estando os benefícios na reforma daí decorrentes a ser financiados pela Adesão Coletiva n.º 15 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, não existem pensões em pagamento à data da celebração do presente contrato, pelo que nesta mesma data é também celebrado um contrato de extinção da referida Adesão Coletiva, por transferência do seu património para a quota-parte da Via Directa no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas;
 9. No caso da Cares e da Multicare não existe qualquer colaborador que se encontrasse abrangido pelo Anterior CCT na data da assinatura do presente contrato;






É celebrado o presente Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, que produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2012 e cuja redação integral é a seguinte:

Cláusula 1.^a – Identificação do Fundo, do Plano, dos Associados, da Entidade Gestora e do Depositário

1. O fundo de pensões constituído através do presente contrato denomina-se “Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas” (o “Fundo”).
2. O plano de pensões a ser financiado pelo Fundo denomina-se Plano Individual de Reforma PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas ” (o “Plano”).
3. Os Associados do Fundo são a Fidelidade, a CPR, a Via Directa, a Cares e a Multicare, atrás identificados como 1.^{os} contraentes (os “Associados”).
4. A entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., atrás identificada como 2.^o contraente (a “Entidade Gestora”).
5. O depositário do Fundo é a Caixa Geral de Depósitos, S.A., sociedade anónima, com sede em Lisboa, na Avenida João XXI, 63, com o capital social de € 5.150.000.000,00 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 960 046 (o “Depositário”).


Cláusula 2.^a – Participantes e Beneficiários

1. São Participantes do Fundo:
 - a) Os trabalhadores do Associado Fidelidade em 15 de Janeiro de 2012 que, cumulativamente:



- 
- i. Transitaram da ex-Companhia de Seguros Fidelidade, S.A., e se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos até 22 de Junho de 1995 ou após essa data mas, neste último caso, transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995 ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma;
- ii. Até à presente data, não passaram à situação de beneficiários do Fundo de Pensões Fidelidade por reforma por velhice ou invalidez;
- iii. Na data da celebração do presente contrato estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- b) Os trabalhadores do Associado Fidelidade em 15 de Janeiro de 2012 que, cumulativamente:
- i. Transitaram da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A., e se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos até 22 de Junho de 1995 ou após essa data mas, neste último caso, transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995 ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma;
- ii. Até à presente data não passaram à situação de beneficiários do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança por reforma por velhice ou invalidez;
- iii. Na data da celebração do presente contrato estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- 


- c) Os trabalhadores do Associado Fidelidade em 15 de Janeiro de 2012 que, cumulativamente:
- i. Transitaram da ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., e que:
 - a. Ou se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos naquela Companhia até 28 de Dezembro de 2005, ou por terem sido admitidos na ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., após 28 de Dezembro de 2005 mas transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995;
 - b. Ou pertenciam ao quadro permanente da extinta associada Impergesto na data da constituição do presente Fundo, tendo sido transferidos, em 26 de Dezembro de 2006, para a ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.;
 - c. Ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma;
 - ii. Até à presente data, não passaram à situação de beneficiários do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança por reforma por velhice ou invalidez;
 - iii. Na data da celebração do presente contrato estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- d) Os trabalhadores no ativo do Associado CPR que, cumulativamente:
- i. se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, ou aos quais haja sido expressamente atribuído direito a pensão de reforma no respetivo contrato individual de trabalho;

- ii. Até à presente data não passaram à situação de beneficiários do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros por reforma por velhice ou invalidez;
 - iii. Na data da celebração do presente contrato estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- e) os trabalhadores no ativo do Associado Via Directa que, cumulativamente:
- i. se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, ou aos quais haja sido expressamente atribuído direito a pensão de reforma no respetivo contrato individual de trabalho;
 - ii. Na data da celebração do presente contrato estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- f) os demais empregados do quadro permanente dos Associados que, na data da celebração do presente contrato ou em data posterior, sejam abrangidos pelo Novo CCT;
- g) Os ex-empregados do quadro permanente dos Associados cujo vínculo laboral venha a cessar em data posterior à da celebração do presente contrato e cujos montantes sobre os quais tenham direitos adquiridos não hajam ainda sido transferidos para outro fundo de pensões;
- h) Excluem-se expressamente das alíneas anteriores os trabalhadores e ex-trabalhadores que, em face das regras em vigor, não estejam abrangidos no âmbito subjetivo do Novo CCT;

- 
- i) Excluem-se, ainda, expressamente das alíneas anteriores, os trabalhadores afetos a prédios de rendimento (Porteiros e Empregados de Limpeza de Imóveis).
2. São Beneficiários do Fundo os Participantes do Fundo reformados por velhice e invalidez e, para as situações de morte dos Participantes, as pessoas elegíveis para beneficiar de uma pensão de sobrevivência de acordo com o regime previsto no Novo CCT.

Cláusula 3.^a – O Fundo

1. O Fundo é constituído na data da assinatura do presente contrato, mediante a realização, nesta data:
- (a) de uma contribuição de € 5.328.537,73 € (cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e sete euros e setenta e três centimos) por transferência do Fundo de Pensões Fidelidade;
 - (b) de uma contribuição de € 4.650.869,02 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e nove euros e dois centimos) por transferência do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança;
 - (c) de uma contribuição de € 9.652.622,42 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois euros e quarenta e dois centimos) por transferência do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança;
 - (d) de uma contribuição de € 22.643,49 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e três euros e quarenta e nove centimos) por transferência do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros;
 - (e) de uma contribuição de € 2.936,26 € (dois mil, novecentos e trinta e seis euros e vinte e cinco centimos) por transferência da Adesão Coletiva n.º 15 da Via Directa ao Fundo de Pensões do Aberto Caixa Reforma Prudente.
- 
- 



2. Os créditos iniciais, respeitantes às transferências referidas no n.º anterior correspondem ao somatório dos seguintes valores:


- (a) Responsabilidades por serviços passados, com pensões de reforma por velhice, nos fundos de pensões de origem com os Participantes referidos nas alíneas (a) a (e) do n.º 1 da Cláusula 2.ª, no âmbito do plano decorrente do Anterior CCT, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos utilizados em avaliação atuarial reportada ao Instituto de Seguros de Portugal para o efeito, definidos no Anexo II ao presente contrato;
- (b) Com exceção do Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e da Adesão Coletiva n.º 15 da Via Directa ao Fundo de Pensões do Aberto Caixa Reforma Prudente (em que idêntico valor será assegurado através de contribuição extraordinária já no âmbito do Fundo), montante correspondente à atribuição, sobre os valores referidos na alínea anterior, de uma rendibilidade efetiva de 12,56% (taxa resultante da média, ponderada pelo valor patrimonial em 01-01-2012 de cada Fundo/ Adesão Coletiva adiante referido, das rendibilidades registadas no ano de 2012 pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao ano de 2012;
- (c) Com exceção do Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e da Adesão Coletiva n.º 15 da Via Directa ao Fundo de Pensões do Aberto Caixa Reforma Prudente (em que idêntico valor será assegurado através de contribuição extraordinária já no âmbito do Fundo), montante correspondente à atribuição, sobre os valores mencionados nas duas alíneas anteriores, de uma rendibilidade efetiva

de 5,61% (taxa máxima, de entre as taxas de rendibilidade registadas em 2013, até ao final do mês anterior ao da celebração do presente contrato, pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao período decorrido no ano de 2013.

3. Os créditos iniciais, respeitantes às transferências referidas no n.º 1. da presente Cláusula foram alocados a contas individuais, designadas “Base BD”, em nome de cada um dos Participantes a que correspondiam as responsabilidades por serviços passados referidas no n.º anterior.

Cláusula 4.^a – Unidades de Participação e Garantia de Capital

1. O Fundo é representado por unidades de participação, as quais poderão ser inteiras ou fracionadas.
2. O valor unitário inicial das unidades de participação é de 5 euros.
3. A subscrição de unidades de participação não dá lugar à emissão de títulos representativos, operando-se em sua substituição um registo informático de unidades desmaterializadas.
4. O registo informático de unidades desmaterializadas incluirá a abertura de uma conta, junto da Entidade Gestora, respeitante à posição de cada Participante ou Associado, devidamente identificados, da qual constará o número total de unidades de participação detidas, os montantes e os valores das unidades de participação subscritas.

- 
5. O valor da unidade de participação evolui, em cada momento, em função do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo.
 6. O valor de cada unidade de participação obtém-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é calculado adicionando ao valor dos activos financeiros, valorizados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, todos os créditos perante o Fundo e deduzindo as eventuais responsabilidades já vencidas e não pagas e o montante das comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
 7. A subscrição de unidades de participação do Fundo será efetuada ao último valor da respetiva unidade de participação conhecido na data de subscrição.
 8. O valor das contribuições previstas no Plano, descrito no Anexo I ao presente contrato, terá que ser integralmente utilizado na subscrição de unidades de participação do Fundo, não podendo de forma alguma deduzir-se ao mesmo custos de qualquer natureza ou comissões de qualquer tipo - designadamente de subscrição, reembolso ou transferência para outro fundo - as quais, a existirem, terão que ser suportadas adicionalmente ao valor das referidas contribuições ou constituirão um custo do Fundo, nos termos do que vier a ficar estabelecido no respetivo Contrato de Gestão.
 9. O número de unidades de participação subscritas resulta do quociente entre o valor da contribuição efetuada e o valor da unidade de participação descrito no n.º anterior, com cinco casas decimais.
 10. O valor de reembolso ou de transferência (antes de tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), nos termos previstos no Plano, correspondente a cada unidade de participação terá, no mínimo, que ser igual ao respetivo valor de aquisição (garantia de capital).

11. Se o estipulado no n.º anterior não resultar diretamente do valor da unidade de participação na data do reembolso ou da transferência, apurado nos termos do n.º 6. supra, o Associado de quem o Participante seja trabalhador à data do reembolso ou da transferência deverá complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar o cumprimento da garantia de capital.

Cláusula 5.^a – O Plano de Pensões

O Plano é um plano contributivo de contribuição definida, cujos termos constam do Anexo I a este contrato.

Cláusula 6.^a – Administração do Fundo e Representação dos Associados e dos Participantes

1. A gestão do Fundo caberá à Entidade Gestora, podendo os Associados denunciar a todo o tempo, com observância dos formalismos estabelecidos nas normas legais e regulamentares em cada momento em vigor, o contrato de gestão celebrado e celebrar novo contrato de gestão com outra entidade gestora.
2. Os Associados e os Participantes terão os respetivos representantes na Comissão de Acompanhamento, doravante CA.
3. As regras relativas às funções, funcionamento e designação dos membros da CA são, sem prejuízo das estabelecidas nas normas legais e regulamentares em cada momento em vigor, estabelecidas no Contrato de Gestão do Fundo.



Cláusula 7.^a – Contrato de Gestão

1. O contrato de gestão que os Associados venham a celebrar com a Entidade Gestora deve prever as seguintes obrigações para a Entidade Gestora:

- (a) Gerir o património do Fundo segundo critérios de elevada diligência e competência profissional, respeitando a legislação em vigor e as diretrizes e restrições estabelecidas no contrato de gestão e na Política de Investimentos a este anexa;
- (b) Manter e atualizar uma base de dados dos Participantes e dos Beneficiários (valores remidos e apólices de renda adquiridas);
- (c) Elaborar, trimestralmente, relatórios financeiros sobre o Fundo e, anualmente, extratos de posição individual dos Participantes;
- (d) Prestar toda a informação e documentação que lhe seja solicitada pelo Instituto de Seguros de Portugal, nos termos da lei;
- (e) Somente celebrar contratos de mandato de gestão de investimentos, atuarial ou administrativa, com terceiros com o acordo prévio e por escrito dos Associados;
- (f) Prestar à CA a informação necessária para o desempenho das suas funções.

Cláusula 8.^a – Mudança de Entidade Depositária

A Entidade Gestora, com observância dos formalismos estabelecidos nas normas legais e regulamentares em cada momento em vigor, poderá transferir o depósito de valores do Fundo para outra instituição depositária.

Cláusula 9.^a – Empréstimos aos Participantes


Não serão concedidos, pelo Fundo, quaisquer empréstimos aos Participantes.

Cláusula 10.^a – Alterações ao Contrato

1. Sem prejuízo das limitações constantes do n.º seguinte, os Associados e a Entidade Gestora poderão acordar na modificação e, com observância dos formalismos estabelecidos nas normas legais e regulamentares em cada momento em vigor, das cláusulas do presente contrato.
2. As modificações a este contrato não poderão implicar alterações:
 - (a) à natureza fechada do Fundo;
 - (b) ao objetivo do Fundo;
 - (c) à forma de financiamento contributiva e ao tipo de contribuição definida do Plano;
 - (d) que conduzam à redução dos direitos adquiridos dos Participantes;
 - (e) que conduzam à devolução aos Associados da totalidade ou parte do património do Fundo.

Cláusula 11.^a – Extinção e Liquidação do Fundo

1. O Fundo extingue-se:
 - (a) pela realização do seu objetivo ou por este se tornar impossível;
 - (b) por acordo entre os Associados e os Participantes do Fundo;
 - (c) na falta de meios financeiros que determinem a impossibilidade do Fundo garantir o cumprimento das respetivas obrigações;
 - (d) nos casos especialmente previstos na lei.

- 
2. A extinção do Fundo efetuar-se-á com observância dos formalismos estabelecidos nas normas legais e regulamentares em cada momento em vigor, por Contrato de Extinção entre os Associados e a Entidade Gestora.
3. No caso de extinção do Fundo não motivada pela transferência total das unidades de participação afetas ao mesmo para outro fundo de pensões, o seu património será liquidado e, após o pagamento de todas as despesas devidas, os direitos dos Participantes e Beneficiários deverão ser assegurados da forma seguinte:
- (a) Aquisição, junto de uma empresa de seguros, de rendas vitalícias imediatas a favor dos Participantes que tenham idade igual ou superior à idade normal de reforma do regime geral da Segurança Social, constituindo o respetivo saldo de conta individual de Participante no Fundo o prémio único da apólice a adquirir;
 - (b) Transferência do saldo de conta individual de cada um dos demais Participantes para uma adesão individual em seu nome a um fundo de pensões aberto que cumpra as condições e características do Fundo, devendo sempre que necessário e justificado em função das regras do Novo CCT, bem como de tratamento fiscal ou outro concedido às contribuições, ficar os montantes transferidos sujeitos às condições de acesso ao benefício e respetivas formas de pagamento previstas no plano de pensões de origem, dependendo a efetivação da transferência da aceitação expressa daquelas condições pela entidade gestora do fundo de pensões de destino. O fundo de pensões de destino deverá ser designado por escrito pelos Participantes, em formulário específico, num prazo de 60 dias a contar da data da notificação que lhe será enviada, para o efeito, pelos Associados. No entanto, caso não seja designado qualquer fundo de pensões dentro daquele prazo, a adesão individual será efetuada a um fundo de pensões selecionado conjuntamente entre a Entidade Gestora e os Associados.
 - (c) Se, tendo sido assegurados os direitos acima referidos, se verificar existir algum valor remanescente no Fundo, este será utilizado nos termos que for

decidido conjuntamente pela Entidade Gestora e os Associados, mediante prévia autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

Cláusula 12.^a – Extinção dos Associados

Em caso de extinção de um Associado sem que se proceda à respetiva substituição, o património do Fundo afeto à quota-parte desse Associado responderá pelos benefícios garantidos ao abrigo do plano de pensões e será liquidado de acordo com o estabelecido na Cláusula 11.^a.

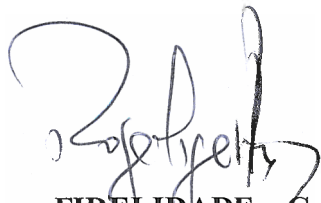
Cláusula 13.^a – Extinção da Entidade Gestora

Se a Entidade Gestora do Fundo cessar atividade deverá comunicar tal facto aos Associados com um aviso prévio de seis meses e assegurar a transferência da Gestão do Fundo para outra entidade habilitada indicada pelos Associados e mediante prévia autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

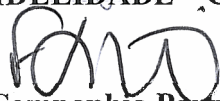
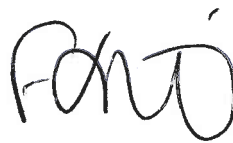
Cláusula 14.^a – Lei Aplicável e Jurisdição

1. O presente contrato rege-se e será interpretado segundo a lei portuguesa.
2. Se outro não for acordado entre as partes, o foro competente para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato é o da sede do Associado Fidelidade ou o do local de domicílio do Participante se este for parte do litígio, desde que em território nacional. Caso contrário, será exclusivamente competente o foro da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outra.

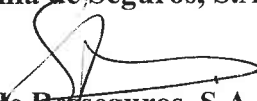
Celebrado em Lisboa, aos 31 de dezembro de 2013, em seis exemplares originais, destinando-se um a cada Associado, e um à Entidade Gestora.



FIDELIDADE – Companhia de Seguros, S.A.,



Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.,



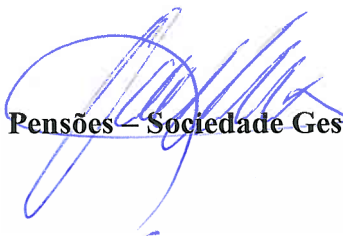
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.,



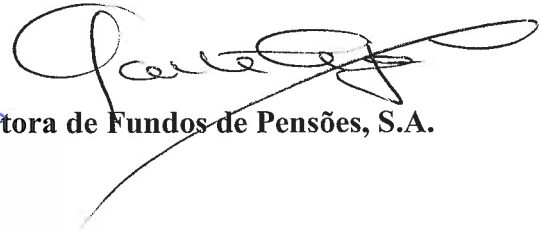
Cares – Companhia de Seguros, S.A.,



Multicare – Seguros de Saúde, S.A.,



CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.



Anexo I

PLANO INDIVIDUAL DE REFORMA PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS E ASSOCIADAS

Art.º 1.º – Objetivo

O Plano Individual de Reforma PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas (Plano) prevê o pagamento de benefícios nas situações de reforma por velhice, invalidez ou morte.

Art.º 2.º – Entrada em vigor

O Plano entra em vigor na data da assinatura do Contrato Constitutivo do PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas (Fundo), do qual constitui o Anexo I, produzindo efeitos retroativos a 15 de Janeiro de 2012.

Art.º 3.º – Elegibilidade

As condições de elegibilidade para participar no presente Plano encontram-se estabelecidas na Cláusula 2.ª do Contrato Constitutivo do Fundo.

Art.º 4.º – Idade normal de reforma

Entende-se como idade normal de reforma a idade legalmente definida no regime geral da Segurança Social como idade normal de acesso à pensão por velhice, atualmente de 65 anos.




Art.º 5.º – Regra geral sobre os benefícios

1. Os benefícios a atribuir aos Participantes nas situações previstas neste Plano são os resultantes do valor das suas contribuições e das contribuições dos Associados a favor de cada um daqueles, capitalizado até ao momento da sua atribuição, sem prejuízo da garantia de capital prevista nos n.ºs 8., 10. e 11. da Cláusula 4.ª do Contrato Constitutivo do Fundo.
2. O Fundo não procede ao pagamento direto de pensões, sendo este assegurado, mediante a aquisição de apólices de seguro de renda junto de uma empresa de seguros, ou de outro instrumento previsto na lei para o efeito.
3. Constitui responsabilidade da Entidade Gestora a aquisição das apólices de seguro de renda referidas no n.º anterior, sendo os pagamentos aos Beneficiários previstos nas referidas apólices assegurados diretamente pela seguradora junto da qual as mesmas tenham sido adquiridas.


Art.º 6.º – Contribuições, Contas e Opções

1. Ao abrigo deste plano haverá lugar às seguintes contribuições a cargo dos Associados:
 - (a) Na data da celebração do Contrato Constitutivo do Fundo, uma Contribuição Inicial a favor de cada um dos Participantes definidos nas alíneas (a) a (e) do n.º 1 da Cláusula 2.ª do Contrato Constitutivo do Fundo, por transferência do Fundo de Pensões Fidelidade, do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros e da Adesão Coletiva n.º 15 da Via Directa ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente,



conforme aplicável ao caso concreto de cada Participante elegível para esta contribuição, no montante correspondente ao valor integral das responsabilidades por serviços passados, com pensões de reforma por velhice, relativas a cada um destes Participantes no âmbito do plano de pensões decorrente do Anterior CCT, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos utilizados em avaliação atuarial reportada ao Instituto de Seguros de Portugal para o efeito (definidos no Anexo II ao Contrato Constitutivo do Fundo), acrescido da atribuição de uma rendibilidade compensatória desde a data da entrada em vigor do Novo CCT, descrita nas alienas (b) e (c) do n.º 2 da Cláusula 3.ª do Contrato Constitutivo do Fundo;


- (b) Após passarem a estar abrangidos pelo Novo CCT, uma Contribuição Inicial a favor de cada um dos Participantes definidos na alínea (f) da Cláusula 2.ª do Contrato Constitutivo do Fundo que, em 15 de Janeiro de 2012, fosse trabalhador no ativo do Associado Fidelidade ou da ex-IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A., mas não estivesse então abrangido pelo Novo CCT por ser filiado no SINAPSA e não ter aderido individualmente a esse contrato coletivo, por transferência do Fundo de Pensões Fidelidade, do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, conforme aplicável ao caso concreto de cada Participante elegível para esta contribuição, no montante correspondente ao valor integral das responsabilidades por serviços passados, com pensões de reforma por velhice, relativas a cada um destes Participantes no âmbito do plano de pensões decorrente do Anterior CCT, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos definidos no Anexo II ao Contrato Constitutivo do Fundo), acrescido da atribuição de uma rendibilidade compensatória desde a data da entrada em vigor do Novo CCT, descrita nas alienas (b) e (c) do n.º 2 da Cláusula 3.ª do Contrato Constitutivo do Fundo;

- 
- (c) Contribuições Mensais a favor dos Participantes que sejam ou tenham sido empregados dos Associados em efetividade de funções no ano a que respeita a contribuição, excluindo-se portanto os pré-reformados, correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o respetivo ordenado base:

Ano Civil	% Contribuição
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e Seguintes	3,25%

2. Os Associados poderão ainda, sempre que o entenderem, efetuar contribuições extraordinárias a favor dos Participantes que, na data de avaliação estabelecida para o efeito, sejam seus trabalhadores no ativo. Estas contribuições devem ser estabelecidas segundo um critério objetivo e idêntico para todos os Participantes elegíveis para o efeito.
3. As Contribuições Mensais da empresa para o Plano definidas na (c) do n.º 1 do presente Artigo iniciam-se:
- (a) No ano de 2015, para os Participantes que sejam empregados dos Associados no ativo em efetividade de funções, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995, ou, ainda que admitidos em data posterior, a quem os Associados hajam decidido atribuir o mesmo regime de pensões de reforma que aos empregados admitidos antes de 22 de Junho de 1995;
- (b) No ano de 2012, com efeitos a 1 de janeiro desse ano, para os Participantes que sejam empregados dos Associados no ativo em efetividade de funções, admitidos na atividade seguradora entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 e que, cumulativamente, não se enquadrem na antecedente

- alínea (a) e não tenham passado a estar abrangidos pelo Novo CCT por força da Portaria n.º 134/2013, de 28 de Março;
- (c) No ano de 2013, com efeitos a 1 de março desse ano, para os Participantes que sejam empregados dos Associados no ativo em efetividade de funções, admitidos na atividade seguradora entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 e que, cumulativamente, não se enquadrem na antecedente alínea (a) e apenas tenham passado a estar abrangidos pelo Novo CCT por força da Portaria n.º 134/2013, de 28 de Março;
- (d) No ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo nos Associados, para os Participantes que sejam empregados dos Associados no ativo em efetividade de funções, admitidos na atividade seguradora a partir de 1 de Janeiro de 2010.
4. No caso de Participantes que em 28 de Março de 2013 (data da publicação da Portaria n.º 134/2013) eram empregados dos Associados no ativo em efetividade de funções, mas apenas tenham passado a estar abrangidos pelo Novo CCT em data posterior, as contribuições mensais a seu favor iniciar-se-ão, sem prejuízo do estabelecido no n.º anterior do presente artigo, com referência ao dia 1 do mês em que tenham passado a estar abrangidos pelo Novo CCT.
5. No caso do Participante apenas ter sido empregado efetivo dos Associados no ativo em efetividade de funções durante parte do mês a que respeita a Contribuição Mensal, a contribuição em causa incidirá apenas sobre a quota-parte do ordenado base auferida durante esse período parcial, sem prejuízo do estabelecido no n.º seguinte.
6. Nos casos em que os empregados efetivos se encontrem na situação de requisição oficial, em situação de baixa por doença, ou por acidente de trabalho, ou por assistência à família, ou se encontrem em licença de maternidade, ou de paternidade, ou por adoção, os Associados manterão as contribuições a favor dos mesmos no âmbito do presente Plano, considerando para o efeito, conforme




aplicável, o ordenado base mensal desses empregados à data da sua passagem à situação de requisitados, à data de início da sua baixa, ou à data em que iniciaram o gozo das licenças atrás referidas.

7. No caso de ter sido fixada data certa para o termo do contrato, a primeira Contribuição Mensal do empregador apenas terá lugar no ano civil subsequente ao da conversão do contrato em contrato de trabalho por tempo indeterminado e cumprido que esteja o período de carência de dois anos previsto na alínea (d) do n.º 3 do presente Art.º.
8. Sobre as contribuições mensais referentes aos meses de janeiro de 2012 até ao penúltimo mês que imediatamente preceda a assinatura do Contrato Constitutivo do Fundo, será atribuída uma rendibilidade compensatória correspondente à taxa de rendibilidade efetiva do Fundo de Pensões Fidelidade, desde a data da respetiva contribuição até ao final do mês imediatamente anterior ao da assinatura do Contrato Constitutivo do Fundo.
9. O Participante que seja empregado dos Associados no ativo e que esteja em efetividade de funções poderá também realizar contribuições para este Plano até um máximo de 10% do seu ordenado base mensal. Para tal, deverá comunicar a sua opção ao Associado com quem mantenha o vínculo laboral, através de um formulário concebido especificamente para o efeito, mediante o qual esse Associado ficará habilitado a efetuar as correspondentes retenções no seu processamento de ordenado, para subsequente entrega ao Fundo em nome e a favor do Participante contribuinte.
10. O nível de contribuição decidido por cada Participante poderá ser alterado anualmente, mediante comunicação efetuada durante o mês de Dezembro de cada ano, nos termos do n.º anterior, produzindo as novas opções efeitos no mês de Janeiro subsequente. Caso não haja nova comunicação por parte do Participante, manter-se-á em vigor a sua última opção de contribuição (expressa ou tácita).

11. A Contribuição Inicial da empresa, referida na alínea (a) e na alínea (b) do n.º 1 do presente Art.º, relativa a cada um dos Participantes elegíveis para o efeito, será registada numa conta individual no Fundo designada de “Conta Base BD”.
12. As Contribuições Mensais da empresa, referidas na alínea (c) do n.º 1 do presente Art.º, bem como as Contribuições Extraordinárias referidas no n.º 2 do presente Art.º, relativas a cada um dos Participantes elegíveis para o efeito, serão registadas numa conta individual no Fundo designada de “Conta Base”.
13. As contribuições voluntárias dos Participantes, referidas no n.º 8 do presente Art.º, serão registadas numa conta individual no Fundo designada de “Conta Geral”.
14. Será ainda criada uma conta no Fundo para cada Associado, designada residual, destinada a nela serem creditados todos os montantes que não devam ser creditados nas contas individuais de cada Participante, designadamente, contribuições dos Associados que não se encontrem expressamente previstas no presente Plano, valores resultantes de transferências de saldos dos Associados em outros fundos de pensões ou outros veículos de financiamento de planos de pensões, saldos das contas dos Participantes no Fundo sobre os quais não cheguem a constituir-se direitos adquiridos, bem como saldos das contas individuais resultantes de contribuições dos Associados a favor de Participantes que venham a falecer em efetividade de serviço sem que haja lugar a Beneficiários elegíveis.

Art.º 7.º – Salário pensionável

A base de incidência das percentagens indicadas no n.º 1 do Anexo V ao Novo CCT e transpostas para a alínea (c) do n.º1 do Art.º 6.º, para efeitos do apuramento das



Contribuições Mensais, consiste no ordenado base mensal auferido pelo trabalhador tal como definido no Novo CCT.

Art.º 8.º – Mobilização do valor acumulado na situação de reforma por velhice

Logo que seja atribuída ao Participante, pelo regime de previdência que lhe seja aplicável, qualquer pensão de reforma por velhice, antes ou após a idade normal de reforma, e tal atribuição seja certificada ao Associado com que mantenha vínculo laboral e por este comunicada à Entidade Gestora, o valor acumulado na respetiva conta individual será mobilizado, de acordo com o descrito no Art.º 13.º.

Art.º 9.º – Mobilização do valor acumulado na situação de reforma por invalidez

Em caso de invalidez total e permanente do Participante antes da sua passagem à reforma por velhice, reconhecida pela Segurança Social ou pelo órgão competente do regime de previdência que lhe seja aplicável, e após tal reconhecimento ser certificado ao Associado com que mantenha vínculo laboral e por este comunicado à Entidade Gestora, o valor acumulado nas respetivas contas individuais será mobilizado, de acordo com o descrito no Art.º 13.º.

Art.º 10.º – Mobilização do valor acumulado em caso de morte


Em caso de morte de um Participante antes da sua passagem à reforma por velhice ou invalidez, e na data em que o óbito for certificado ao Associado com que mantenha vínculo laboral e por este comunicado à Entidade Gestora, o valor acumulado na respetiva conta individual será mobilizado, de acordo com o descrito no Art.º 13.º.

Art.º 11.º – Morte após a reforma

No momento da aquisição da apólice de seguro de renda, aquando da passagem à situação de reforma por velhice ou por invalidez, o Participante poderá optar pela reversibilidade da mesma, em caso de morte, para um ou mais Beneficiários a designar, nos termos previstos no Novo CCT.

Art.º 12.º – Cessação do contrato de trabalho

1. Sem prejuízo do estipulado nos subsequentes n.ºs 2 e 3 da presente Cláusula, verificando-se a cessação do contrato de trabalho por qualquer causa que não seja a morte, a reforma por velhice ou invalidez, nos termos dos antecedentes Art.ºs 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, para além do direito ao montante acumulado na conta individual resultante das suas próprias contribuições (Conta Geral), o trabalhador terá direito a transferir para outro fundo de pensões, nos termos do Art.º 18.º, 90% (noventa por cento) do montante acumulado nas contas individuais resultante das contribuições da empresa (Conta Base BD e Conta Base).
2. Sem prejuízo da possibilidade do Participante poder, a todo o momento, exercer o direito de portabilidade legalmente consagrado, caso em que se lhe aplicará o regime estabelecido no antecedente n.º 1, se tal direito não for exercido o estipulado no n.º anterior não se aplica caso a cessação do contrato de trabalho seja imediatamente sucedida pela celebração de um novo contrato de trabalho com outra empresa do Grupo a que pertença os Associados, considerando-se como tal, para este efeito, quaisquer Sociedades em cujo capital os Associados (ou um seu acionista que nele tenha uma participação, direta ou indireta, igual ou superior a 50%), tenha uma participação, direta ou indireta, igual ou superior a 50%. Neste caso, o Participante não perderá o direito ao montante acumulado na conta individual resultante das contribuições dos Associados, que se manterá no Fundo. Caso, contudo, venha a cessar o seu contrato de trabalho com uma empresa do



Grupo a que pertence os Associados por motivo que não seja a morte, a reforma por velhice ou invalidez, aplicar-se-á, então, o regime estabelecido no n.º anterior.

3. Se a cessação do contrato de trabalho tiver ocorrido por despedimento com justa causa promovido pelo empregador com fundamento de lesão de interesses patrimoniais da empresa, o Participante perde o direito ao valor resultante de entregas dos Associados previsto no n.º 1. do presente Art.º, até ao limite dos prejuízos que tiverem sido causados, sem necessidade de autorização expressa para que seja efetuada a compensação total ou parcial dos mesmos, salvo se o Participante tiver impugnado judicialmente o despedimento, caso em que não haverá lugar ao resgate do valor capitalizado nem à compensação, enquanto não transitar em julgado a decisão sobre o despedimento.
4. Os valores acumulados em contas individuais, provenientes das contribuições da empresa, a que não correspondam direitos adquiridos no momento de cessação do contrato de trabalho, conforme previsto no n.º 1 e n.º 2 deste Art.º, serão transferidos para a conta residual do Associado com quem mantinha vínculo laboral, prevista no n.º 13 do Art.º 6.º.

Art.º 13.º – Forma de pagamento dos benefícios

Os benefícios serão pagos nas condições e pela forma escolhida pelo Beneficiário inicial, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos no Novo CCT quanto a esta matéria, bem como dos requisitos aplicáveis a fundos de pensões cujas contribuições sejam consideradas como custos fiscais dos Associados no ano em que são concretizadas.

Art.º 14.º – Momento de pagamento dos benefícios


1. Os benefícios por reforma por velhice ou invalidez serão pagos quando for

atribuída ao Participante uma reforma pelo sistema de previdência que lhe for aplicável, antes ou após a idade normal de reforma, e tal atribuição seja devidamente comprovada ao Associado com que mantenha vínculo laboral e por este comunicada à Entidade Gestora.

2. O valor acumulado nas contas individuais resultantes das contribuições da empresa (Conta Base BD e Conta Base), nos termos dos Art.ºs 6.º e 7.º, será transferido para uma apólice de seguro de renda ou outro instrumento previsto na lei, em nome individual ou coletivo, assegurando que se verifiquem as condições definidas neste plano. Os eventuais custos relativos a esta transferência serão a cargo do Associado com que o Participante mantinha vínculo laboral.
3. Os valores acumulados na conta individual referentes às contribuições do Participante (Conta Geral) poderão ser mobilizados de acordo com a legislação que esteja em vigor.

Art.º 15.º – Financiamento e periodicidade de contribuições

1. As Contribuições Mensais dos Associados, determinadas pela multiplicação da percentagem definida pelo salário pensionável, deverão ser efetuadas no dia 20 do mês subsequente àquele a que respeitam, ou, se este não for dia útil, no dia útil imediatamente anterior.
2. Cada Associado poderá optar por mobilizar a totalidade ou parte do saldo da sua conta residual para fazer face às contribuições que lhe compete realizar, à luz do presente Plano, caso em que ao montante total da contribuição devida por esse Associado será deduzido o valor da conta residual que for utilizado.
3. A Entidade Gestora deverá manter registos individualizados das contribuições dos Associados, das contribuições próprias dos Participantes e do valor acumulado nas



contas individuais, nos termos do Art.º 6.º, para que essa informação possa servir de base ao cálculo dos benefícios.

Art.º 16.º – Número de pagamentos anuais da pensão

Sempre que haja lugar ao pagamento de pensões através de renda mensal, o respetivo valor será determinado por forma a que a mesma seja paga 14 (catorze) vezes ao ano.

Art.º 17.º – Transferência de valores de outros fundos para o Fundo de Pensões

2. É permitida a transferência para o Fundo de valores de outros fundos de pensões dos quais os Associados sejam também associados. São ainda permitidas transferências provenientes de outros veículos de financiamento de planos de pensões por instrução dos Participantes desses fundos que reúnam as condições para serem Participantes do Fundo, desde que se reúnam todas as condições administrativas e legais para o efeito. Estas últimas transferências deverão ficar afetas a contas individuais específicas dos Participantes ordenantes (Conta Base BD Externa, Conta Base Externa e Conta Geral Externa, conforme aplicável aos valores transferidos), independentes das contas utilizadas para registo das unidades de participação resultantes das contribuições ao abrigo do presente Plano.
3. Os valores transferidos de outros Fundos de Pensões poderão consistir em dinheiro ou em outros ativos. Os valores e demais termos e condições da transferência serão definidos pelas entidades gestoras dos fundos de pensões de origem e do presente Fundo e pelos Associados ou pelo Participante, consoante o caso, e ficam sujeitas a autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

4. A Entidade Gestora poderá opor-se à transferência de valores de outros fundos para este Fundo, entre outras razões, quando atendendo à natureza e valor dos ativos a transferir, essa transferência determine a imediata colocação do Fundo em violação das regras sobre aplicações permitidas e limites quantitativos a que o património dos fundos de pensões se encontra sujeito.
5. Os valores transferidos para o Fundo terão o mesmo tratamento aplicável às contribuições em dinheiro ou em espécie, consoante o caso, previstas nos termos deste Plano.
6. Os valores creditados nas contas individuais dos Participantes, correspondentes a transferências efetuadas por instrução dos Associados, relativamente às quais, no fundo de origem, não se tenham constituído direitos adquiridos e individualizados a favor do Participante, ficarão sujeitas ao regime de aquisição de direitos, previsto no presente Plano, para as contribuições dos Associados.

Art.º 18.º – Transferência de valores para outros veículos de financiamento de pensões

1. O valor acumulado das contas individuais de Participantes que já não tenham vínculo com os Associados, resultante de contribuições próprias ou sobre as quais se tenham constituído direitos adquiridos e individualizados, terá que ser transferido para um outro fundo de pensões, em nome individual ou coletivo, desde que se verifiquem todas as condições administrativas e legais para o efeito, designadamente as referidas na alínea (b) do n.º 3 da Cláusula 11.ª do Contrato Constitutivo do Fundo.
2. O fundo de pensões de destino deverá ser designado por escrito pelos Participantes, até à data da cessação do seu vínculo laboral com os Associados, em formulário específico que por este lhes será disponibilizado para o efeito. No



entanto, caso não seja designado qualquer fundo de pensões dentro daquele prazo, a adesão individual será efetuada a um fundo de pensões selecionado conjuntamente entre a Entidade Gestora e os Associados.



Anexo II

**Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança,
Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões da
Companhia Portuguesa de Resseguros e Adesão Coletiva n.º 15 ao Fundo de
Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente**

Avaliação dos Planos de Pensões a 31/12/2011

Pressupostos	
Tábua de mortalidade Homens Mulheres	TV 73/77(-2) TV88/90(-2)
Idade de Reforma	65 anos
Número de Pensões/Prestações ano	14
Taxa de Desconto	5,5%
Taxa Anual de Crescimento Salários dos Activos/Pré- Reformas Pensões	2,0% / 1,25% 0,75%

Nota:

Não foram utilizados decrementos de invalidez. O método de cálculo utilizado para a reforma por velhice foi o do *Projected Unit Credit*. Quando aplicável, o valor atual das responsabilidades com as pensões em pagamento foi obtido através das fórmulas de cálculo de rendas vitalícias e temporárias imediatas.

